

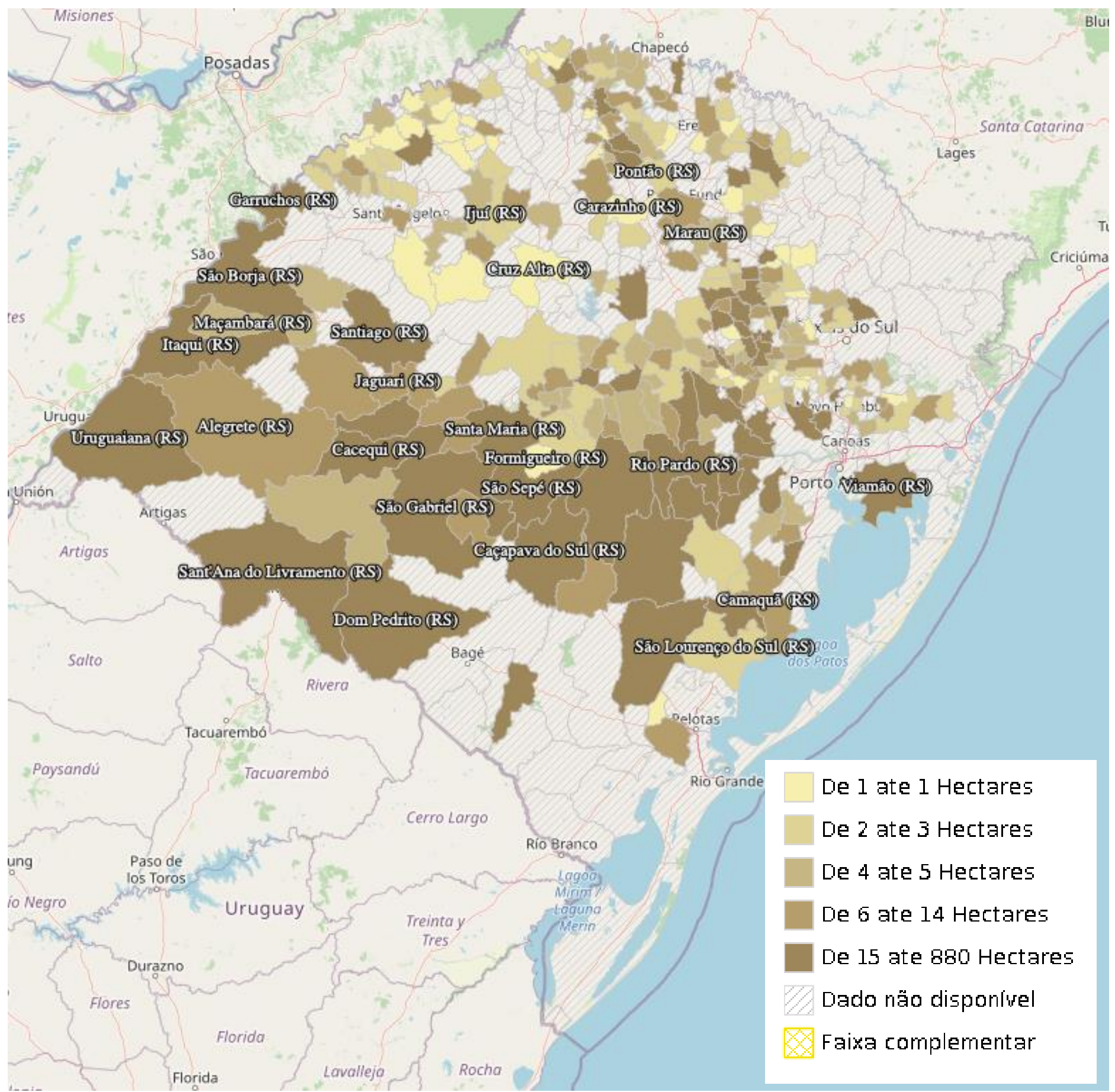
Paulo Lipp João<sup>1</sup>, Antonio Carlos Leite de Borba<sup>2</sup>, Andreia Rotta de Oliveira<sup>3</sup>, Larissa Bueno Ambrosini<sup>3</sup>

- <sup>1</sup> Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecanicultura, Câmara Setorial da Noz Pecã/ Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil.
- <sup>2</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS - Ascar). Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil.
- <sup>3</sup> Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária (DDPA)/Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil.

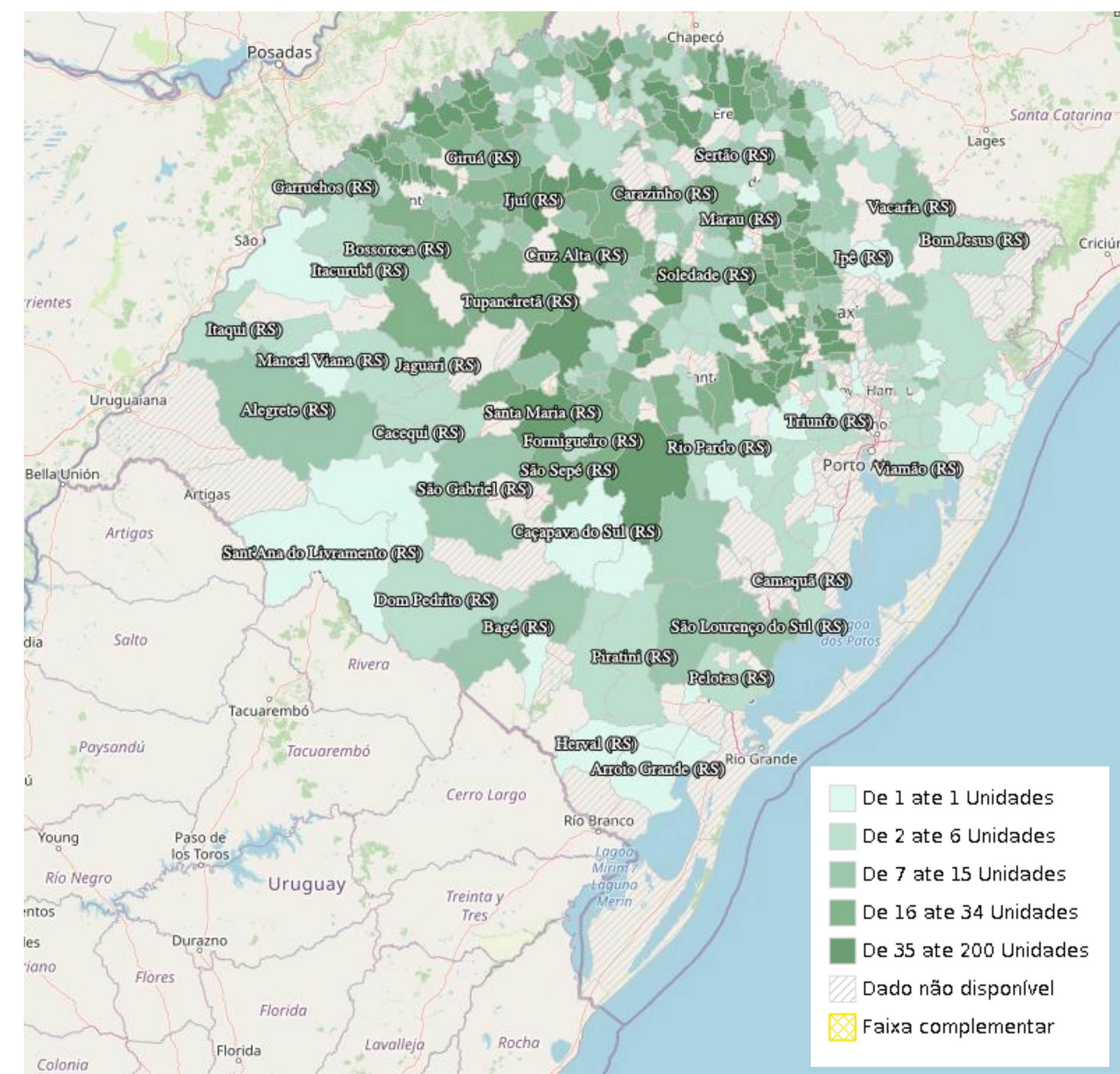
APRESENTAÇÃO

Introduzida no Rio Grande do Sul em meados do século XX, a pecanicultura estava restrita a pequenas áreas até os anos 1970-1980 quando, graças a incentivos fiscais do governo federal, chegou a mil hectares. A partir daí, houve uma estagnação e somente nos últimos 15 anos ocorreu uma retomada forte em novos plantios. Atualmente são sete mil hectares implantados dos quais aproximadamente 65% em idade produtiva.

Cartograma da área destinada colheita de noz-pecã  
nos municípios do Rio Grande do Sul<sup>(1)</sup>



Cartograma do número de produtores de noz-pecã  
nos municípios do Rio Grande do Sul<sup>(2)</sup>



AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DA NOZ-PECÃ

Apesar deste expressivo crescimento, a cadeia produtiva estava desagregada, sem regulamentações e faltava a integração entre poder público, agricultores e indústria. Em 2017, atendendo demanda de produtores, o Governo do Estado criou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecanicultura - Pró-Pecã e a Câmara Setorial da Noz-Pecã.

Vários avanços destas políticas públicas, coordenadas pela Secretaria Estadual da Agricultura, foram obtidos tais como:

- parceria entre instituições públicas e privadas;
- cadastramento de viveiristas no Programa;
- termos de cooperação com bancos financiadores;
- promoção/divulgação da pecã em mídia/eventos;
- recursos para Assistência Técnica e Extensão Rural;
- capacitações/treinamentos em Pecanicultura;
- instituição das Aberturas Oficiais de Colheita;
- controle de derivas de herbicidas em pomares.

Outro efeito destas políticas públicas, foi a criação do Instituto Brasileiro de Pecanicultura – IBPecan, em 2018.



Em 2018 ainda inicia uma relação fundamental com o Ministério da Agricultura, obtendo-se:

- os primeiros registros de defensivos agrícolas para a cultura
- Inclusão em requisitos de qualidade de frutos secos;
- apoio à abertura de mercado para outros países
- Intensificação de pesquisas pela Embrapa.

Estes, entre outros, são resultados que tem sido fundamentais para o desenvolvimento da pecanicultura gaúcha

Referências:  
1, IBGE, Produção Agrícola Municipal [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2024 [cited 2024 Out 16]. Available from: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613#resultado>.  
2. IBGE, Censo Agropecuário [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 1995 [cited 2024 Out 16]. Available from: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/504>.